

O PAPEL POLÍTICO DA BIBLIOTECA ALEXANDRINA

Rosimere Mendes Cabral
UNIRIO – PPGMS – Programa de Pós-Graduação em Memória Social
Bibliotecária, mestranda em Memória Social
atuando na Biblioteca Central do Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ
rosimerecabral@gmail.com

Resumo: Apresenta uma discussão acerca dos interesses que se encontram subjacentes à construção da Biblioteca Alexandrina. Aborda as implicações éticas e políticas envolvidas no processo de criação e manutenção da biblioteca no governo do presidente egípcio Hosni Mubarak. Analisa o esforço empreendido na busca pelo fortalecimento da cultura e tradição egípcias como forma de reforçar as questões relativas à memória nacional. Debate a importância do projeto da biblioteca como hipótese de propósito político que facilitaria a projeção e a influência do Egito no Oriente Médio, assim como a mobilização de passados míticos para apoiar a política interna.

Palavras-chave: Biblioteca Alexandrina – Política – Memória Social

Abstract: This paper presents a discussion the underlying interests in the building of the Alexandrina Bibliotheca. It addresses the ethical and political implications involved in the creation and maintenance of the library during the government of Egypt's president, Hosni Mubarak. It analyses the effort undertaken in the pursuit for the strengthening of Egyptian culture and traditions as a way to reinforce the issues related to the national memory. It also debates the importance of the library's project as a hypothesis of political purpose which would facilitate the projection and influence of Egypt in the Middle East, as well as the mobilization of mythical past to support internal the internal policy.

Keywords: Library of Alexandrina – Policy – Social Memory

Este artigo pretende analisar a Biblioteca Alexandrina sob um viés político: que interesses se encontram subjacentes à construção desta biblioteca? Com o intuito de debater essa questão, será apresentado o pensamento de um teórico que discute o valor político da memória nas sociedades contemporâneas – Andreas Huyssen. Suas idéias servirão como pano de fundo para a apresentação, que será feita em seguida, do panorama atual da situação política no Egito, a partir do qual se tentará refletir sobre o propósito da construção da Biblioteca Alexandrina.

Analisando-se a história recente, é possível vislumbrar a emergência da memória como uma das principais preocupações culturais e políticas que estão no cerne das sociedades ocidentais. Este fenômeno é estudado por Andreas Huyssen em *Seduzidos pela memória*, obra em que o autor discute o nascimento de uma cultura e uma política da memória, assim como seu crescimento no âmbito global, a partir da queda do Muro de Berlim, das ditaduras latino-americanas e do *apartheid* na África do Sul.

Para Huyssen (2000), as discussões sobre memória surgiram principalmente no ocidente após a década de 60, depois do processo de descolonização e de novos movimentos sociais que buscavam histórias alternativas e revisionistas. Tais discussões foram aceleradas no início da década de 80, nos EUA e na Europa, alavancadas inicialmente pelo amplo debate sobre o Holocausto e posteriormente, pelo movimento testemunhal e demais eventos relacionados à história do Terceiro Reich.

O autor destaca a obsessão contemporânea pela memória que se choca com os debates e a preocupação com o esquecimento, deixando uma dúvida sobre o que viria primeiro: o medo do esquecimento levaria ao desejo de lembrar, ou o inverso? Independentemente da resposta, ressalta que antigas abordagens sociológicas da memória coletiva, como as de Maurice Halbwachs – que pressupunha formações relativamente estáveis das memórias sociais e de grupos – não são mais adequadas para explicar a atual dinâmica da temporalidade e da mídia, assim como as questões relativas à memória, ao esquecimento e ao tempo vivido, visto que as memórias políticas de grupos sociais e étnicos estão cada vez mais fragmentadas. O que levaria ao questionamento se seria possível, atualmente, a “existência de formas de memória consensual coletiva e, em caso negativo, se e de que forma a coesão social e cultural pode ser garantida sem ela” (HUYSSSEN, 2000, p. 19).

Huyssen debate o papel da mídia nesta inflação da memória que hoje se estende por todo o mundo. Ao analisar o avanço crescente das novas tecnologias de mídia, ele destaca o quanto a obsessão pela memória é solidária ao medo do esquecimento: parece que quanto maior o armazenamento de memória em bancos de dados e acervos de imagens, menor seria a possibilidade da cultura atuar na rememoração ativa, produzindo-se algo como uma amnésia cultural. Esse acúmulo de informações aliado à crescente velocidade da vida material gera uma nova idéia de temporalidade que afeta tanto a memória individual quanto a cultural. Esta nova temporalidade implica um “achatamento” do espaço-tempo, destruindo o espaço e apagando a distância temporal, (HUYSSSEN, 2001, p. 74), o que termina por alterar nosso mecanismo da percepção de mundo.

A amnésia cultural surgiria da rapidez das inovações tecnológicas, científicas e culturais voltadas para uma sociedade consumista, acarretaria uma obsolescência de estilos de vida, objetos, alterando assim a duração temporal do ‘presente’. Contudo, essa amnésia, paradoxalmente, traz um fascínio pela memória e pelo passado. Mas Huyssen não considera este fenômeno apenas como algo superficial e destrutivo. Ele o vê como uma tentativa de reduzir a velocidade da vida pós-moderna ao contrabalançar a amnésia gerada pelo lucro imediato e a política de curto prazo.

Como um exemplo dessa mescla de amnésia cultural e obsessão pela memória, Huyssen cita o modo como lidamos com o fenômeno histórico do Holocausto. Nos anos de 1980 e 1990 houve um excesso do debate sobre o Holocausto em programas de televisão, no cinema, na literatura ficcional – o que, de certa forma, o banalizou, congelando a memória em imagens e discursos ritualísticos, tornando-a um lugar-comum na cultura ocidental.

Com isso, Huyssen não estaria dizendo que a preocupação com a memória do Holocausto deve ser abandonada. O que ele critica é o modo pelo qual esta memória – e, solidário a ela, o esquecimento – é produzido. Para Huyssen, o mais importante na construção dessa memória seriam os documentários, arquivos, testemunhas oculares, historiografia do Holocausto, visto que as outras formas (TV, cinema, literatura) acabam por banalizá-la. Mas mesmo com a banalização e fragmentação promovida pela mídia, Huyssen admite um aspecto positivo nesta exacerbação da memória: congelar a memória do genocídio pode fazer com que os receptores da informação disseminada reflitam efetivamente sobre o que aconteceu e tragam essas reflexões para o campo do conhecimento. Deste modo, ainda que de forma indireta, a exposição excessiva da mídia poderia revelar um aspecto positivo.

Huyssen não apresenta em nenhum momento uma posição nostálgica, lamentando o que ocorre no presente em função de um passado engrandecido e perdido. Na verdade, é justamente essa posição nostálgica que ele critica ao falar de Pierre Nora (1993), autor que, ao propor a noção de “lugares de memória”, estaria lamentando a perda dos meios de memória, a perda de um passado no qual dispúnhamos de uma “memória autêntica”. Para Nora, haveria no passado uma memória verdadeira que se perdeu, e é porque ela foi perdida que se constroem hoje lugares de memória, funcionando como compensação por tal perda. Huyssen

critica essa posição nostálgica, a crença numa memória autêntica e na possibilidade de recordação total: “A memória é sempre transitória, notoriamente não é confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social” (2000, p. 37). Assim, ele procura valorizar o que as mudanças que ocorrem no presente nos oferecem como possibilidade construtiva:

Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva e, ademais, a cultura de massa e a mídia virtual não são necessariamente incompatíveis com esse objetivo (2000, p. 37).

Huysen não encara negativamente o esquecimento, já que, ao distinguir os passados usáveis dos dispensáveis, se está escolhendo quais passados devem ser mantidos e quais podem ser esquecidos. A discriminação implica o esquecimento, e este passa a ser encarado pelo autor como constitutivo da memória. O que é por ele criticado é o medo do esquecimento, como se este fosse uma doença da cultura da qual é preciso, através de uma exacerbação da memória, encontrar a cura. Para Huysen, ao contrário, “[...] precisamos não permitir que o medo e o esquecimento nos dominem. Aí, então, talvez, seja a hora de lembrar o futuro, em vez de nos preocuparmos com o futuro da memória” (2000, p. 37).

Memória e esquecimento

As questões relativas à memória e ao esquecimento permeiam a obra de Huysen e estão no centro dos debates atuais. Elas aparecem no Oriente Médio especialmente a partir de 1989, como preocupações dominantes emergentes e peças-chave na política dos países da região: a partir desse período os aspectos relativos à memória passam a ser incluídos em suas políticas governamentais, com objetivos variados. O interesse dessa pesquisa é o de apresentar o caso do Egito, cujo governante, Hosni Mubarak, no poder desde 1981, desempenha um importante papel de mediador em questões diplomáticas no Oriente Médio, como o acordo obtido entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina, assinado em 1993.

Qual a razão de tamanho empenho, por parte do Presidente Hosni, nessas questões diplomáticas? É possível perceber em sua atuação uma tentativa de projetar o Egito no cenário internacional, como forma de sedimentar sua participação no mundo globalizado, assim como o cultivo de boas relações com os países árabes e os EUA. Não poderia Hosni, ao utilizar a diplomacia em situações de conflito externas ao Egito, estar desviando a atenção da situação política e dos conflitos que ocorrem em seu próprio país? A resposta para este questionamento ficará clara mais adiante.

A situação política do Egito, nas últimas décadas – nas quais o mandato do presidente Hosni tem sido continuamente renovado – não tem sido bem vista no cenário internacional, especialmente no Ocidente. Percebe-se um aumento do conservadorismo, havendo uma redução do espaço destinado aos críticos no debate público e na sociedade civil. Um bom exemplo disso é o episódio da prisão do candidato da oposição que, após as eleições de 2005, tendo ficado em segundo lugar no pleito - o que para o governo representou uma certa ameaça, ao angariar 8% dos votos - acabou sendo preso sob a alegação de falsificação de documentos oficiais na criação de seu partido. Sua prisão criou um constrangimento para o governo nas suas relações com outras democracias, mais especialmente com os EUA.

A situação econômica e social do país mostra uma nação em desenvolvimento que, assim como o Brasil, enfrenta inúmeros problemas sociais, políticos e econômicos. A população sofre com a alta inflação que gera uma instabilidade dos preços dos gêneros alimentícios, e também

com a desigualdade entre ricos e pobres que vem crescendo nos últimos anos. Outras mazelas são a falta de infra-estrutura, a miséria, o terrorismo, problemas que afetam diretamente o povo e, conseqüentemente, a economia e o desenvolvimento do mesmo.

Outro ponto primordial é a educação, que não chega igualmente a todas as camadas da população, gerando assim baixa escolaridade e, em conseqüência, trabalhadores menos qualificados para o mercado de trabalho. Devido a esses entraves houve, durante a construção da biblioteca, muitas críticas ao projeto, acusado de ser imposto como um “artigo de luxo que em pouco ajudaria a melhorar a educação num país de 68 milhões de pessoas” (Nabil, ([2001?])).

Na situação externa, as relações do governo egípcio com o Ocidente já teriam sofrido um estremecimento devido aos atentados ocorridos em setembro de 2001. Foi divulgada mundialmente a participação de árabes e de egípcios no planejamento, realização e respaldo do atentado terrorista. De fato, nas últimas décadas houve um crescimento considerável da presença de extremistas religiosos no Oriente Médio, acarretando assim uma visão negativa de outros países para com a região (NABIL, [2001?]).

Nesse contexto, a inauguração da Biblioteca Alexandrina, em fins de 2001, ao custo aproximado de 200 milhões de dólares com o apoio da UNESCO, foi um evento estratégico, e ainda mais por sua coincidência com o período dos atentados.

A arquitetura moderna da biblioteca em um prédio monumental de onze andares pretende ser uma das maiores bibliotecas do mundo não só em espaço para leitores, como também em acervo eletrônico, uma ciberbiblioteca, propiciando assim sua inclusão em um projeto político ambicioso do governo egípcio, que com esta criação faz emergir a tentativa de buscar no passado mítico da antiguidade a força de mobilização para apoiar suas políticas governistas.

O forte uso de novas tecnologias de mídia na formação deste acervo mostra a sua importância na discussão da memória nacional egípcia que está sendo trabalhada dentro do projeto em questão. Percebe-se a força e a influência da mídia nesse processo, sugerindo assim que a globalização e a avaliação do passado nacional deveriam ser pensados juntos, ou seja, a participação na sociedade global indicaria uma necessidade de reação à globalização da economia por meio das questões de memória nacional que estão sendo avaliadas (HUYSEN, 2000, p. 17).

Diante dessa realidade, acredita-se que seria possível que o Egito esteja se esforçando para participar ativamente da sociedade global e dos benefícios advindos dessa participação, sejam eles em forma de verbas para o combate ao terrorismo ou de investimentos vultosos para o desenvolvimento da economia e infra-estrutura do país. Mas, ao mesmo tempo em que pretende ser reconhecido e dividir os bônus desse envolvimento, percebe-se a indicação de uma reação à globalização da economia através do investimento nas questões relativas à memória nacional.

Tal investimento estaria representado pelo projeto da atual biblioteca, utilizando-se da grandiosidade arquitetônica – que inclui em sua fachada um muro de granito com hieróglifos egípcios e letras de diversos alfabetos, como representação do universo do conhecimento, mas também como registro da importância dos hieróglifos para a história – e da tentativa de reviver as glórias do passado. Em outras palavras, o esforço empreendido na busca pelo fortalecimento da cultura e tradição egípcias como forma de reforçar as questões da memória nacional, algo como uma necessidade de reagir à globalização da economia e à redução das barreiras geográficas.

A partir da idéia apresentada poderia se pensar que ao buscar uma avaliação da memória nacional egípcia utilizando o projeto grandioso de um novo centro de saber que rivalizaria com as maiores bibliotecas do mundo, e ainda uma tentativa de restaurar a antiga glória vivida na antiguidade ao abrigar a Biblioteca de Alexandria e seu sonho de ser universal, o governo

estaria buscando participar da sociedade global como uma nação que valoriza o conhecimento, a cultura e a história antiga. Vê-se a intenção de mostrar ao Ocidente e ao Oriente Médio que o país vem tentando se desenvolver, ao atuar fortemente contra o terrorismo, aliando-se aos EUA nessa empreitada, ao participar como mediador em questões internacionais de conflito, ao investir numa biblioteca que se pretende ser referência, além do uso intenso de novas tecnologias, formando assim uma ciberbiblioteca.

Pode-se pensar a importância do projeto no contexto da região e dos demais países do Ocidente: ele poderia ser visto como uma estratégia visando mostrar ao mundo que o Egito não é um país que produz apenas terroristas e extremistas religiosos, mas sim uma nação que produz conhecimento, saber e cultura. Na verdade, um país com uma história milenar que marcou forte presença no território que é considerado o berço da civilização e que, com a expansão dos impérios grego e romano, pôde deixar marcas nas culturas do Ocidente e Oriente Médio. Pode-se então colocar uma primeira hipótese sobre o propósito político da construção da Biblioteca Alexandrina: Hosni a teria projetado segundo o mesmo princípio que governa a sua política de boas relações com os demais países da região: essas relações interessam na medida em que afetam a projeção e a influência dos egípcios na visão que o mundo possui dos povos do Oriente Médio.

Um desdobramento da hipótese aqui apresentada sobre o propósito de construção da Biblioteca Alexandrina – transformar a imagem do Egito no cenário internacional – pode ser realizado a partir de uma idéia de Huyssen. Segundo ele, pode se pensar num uso político da memória quando ocorre “uma mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas chauvinistas ou fundamentalistas” (HUYSSSEN, 2001, p.16). Huyssen cita como exemplos a Sérvia pós-comunista, a Índia, a Argentina e o Chile, que teriam feito tal uso político da memória mítica visando legitimar esse tipo de prática. Mas seria possível aplicar essa idéia também ao governo do presidente Hosni, ao inaugurar a Biblioteca Alexandrina. Sua construção próxima ao local onde se acredita que a antiga biblioteca existiu, não indicaria uma tentativa de reviver o passado mítico daquela? Sua localização e a imponência de sua arquitetura são elementos capazes, de fato, de mobilizar este passado mítico.

Tal mobilização poderia interessar ao governo Hosni. O fato de este manter-se no poder desde 1981 demonstra que o país não é um exemplo de democracia nos moldes tradicionais, sendo mais indicado incluí-lo no rol das nações consideradas ditatoriais ou, ainda nas palavras de Xavier (2005?), pensá-lo como um Estado de Exceção, visto que o mesmo “não precisa ser constitucionalmente decretado, há uma coexistência com o Estado Democrático de Direito, com um certo ar de normalidade política [...]”. Vale ressaltar que uma lei em vigor desde 1981 garante ao atual presidente a manutenção do Estado de Exceção^[1] desde a sua implantação, utilizando para tal a necessidade do combate à violência e ao terrorismo e a manutenção da paz.

A suposta normalidade política existente no Egito pode ser vista como suspeita, dado o exemplo das últimas eleições, da redução dos direitos de livre expressão e debate públicos, indicando uma nação não democrática que utiliza o apelo do combate ao terrorismo e da necessidade de manutenção da paz para justificar o Estado de Exceção.

Tal uso político da memória em países envolvidos com opressão política visa a uma mobilização de passados míticos com o intuito de apoiar explicitamente políticas governistas, segundo exemplos dados por Huyssen citados anteriormente. Algo que se assemelha a uma tentativa de buscar glórias passadas para de alguma forma a população aceitar a opressão política como única opção viável para o desenvolvimento e a manutenção da paz, ou seja, políticas governistas que se utilizam da mobilização de passados míticos para se embasarem e se manterem por longos períodos.

Para Huyssen, um dos nós da política de memória seria a linha de separação entre passado mítico e passado real. Tal idéia leva à análise do projeto de criação da atual Biblioteca

Alexandrina, que seria então uma forma de ligar o passado mítico da antiga Biblioteca ao passado real da cidade de Alexandria. Na visão dos alexandrinos, essa criação os faz acreditar que poderão reviver a riqueza da cidade, algo que os faça olhar para o futuro com mais esperança.

A criação do novo centro de conhecimento que aspira a um local de referência sobre biblioteca antiga, Alexandria e Egito, com o intuito de serem os melhores do mundo nessas áreas. Compreende-se que este centro de saber visa não apenas ao desenvolvimento intelectual da sociedade, como também a uma posição no campo político ao pretender se situar como local de referência em história antiga, ou seja, ao pretender retomar o passado mítico de Alexandria, no qual a biblioteca será esta referência. Percebe-se assim uma ligação com a antiga biblioteca, visto que ambas estão envolvidas em uma disputa política de poder.

Essa busca do passado mítico poderia ser não apenas uma forma de restaurar parte da riqueza e da importância que a cidade obteve ao ser considerada, por séculos, como o epicentro do pensamento grego e romano, um centro de saber, cultura, política e economia na antiguidade (LÉVÊQUE, 1987, p. 13). Mas essa busca poderia também representar uma forma de mostrar ao Ocidente que o Egito não é apenas exportador de terroristas, mas um país que tem grandeza, seja ela econômica ou cultural, ancorada em séculos de história que marcaram fortemente a sua trajetória do mesmo na civilização.

Com relação às regras que regem o funcionamento da Biblioteca Alexandrina, um fato merece destaque: uma lei aprovada pelo Parlamento permite liberdade administrativa ao presidente da biblioteca, desobrigando-o de prestar contas a qualquer chefia ou autoridade que não seja o Presidente Hosni. A idéia difundida pelo governo é a de que a ligação direta entre o presidente da biblioteca e o presidente Hosni seria uma forma de garantir que o acervo formado poderia ser amplo e irrestrito não sofrendo pressão de religiosos. Trata-se, na verdade, de uma resposta a setores que julgavam que este acervo deixaria de abarcar uma gama variada de temas, devido à redução das liberdades de expressão no debate público. Em outras palavras, uma resposta ao medo da censura do fanatismo religioso que controlasse a entrada de livros que pudessem ser contrários à política dominante no país.

Supõe-se, assim, que a subordinação direta do presidente da biblioteca ao presidente do país poderia deixar de lado as pressões de setores religiosos capazes de influenciar no controle dos assuntos permitidos ou proibidos na formação do acervo. Contudo, acredita-se que esta poderia ser uma opção encontrada pelo presidente Hosni para amenizar o debate dos críticos de seu governo, pretendendo demonstrar que a biblioteca estaria desvinculada de qualquer censura, ou de qualquer fanatismo. Percebe-se neste processo a possibilidade de uma manobra política com o intuito de desviar a atenção dos críticos que participam do debate público: ao invés da pressão de setores interconectados com o fanatismo, o que pode haver, de fato, é a influência direta do próprio presidente Hosni no controle do que deve ou não ser armazenado. Pode-se supor que há interesse nesse controle, tratando-se de presidente que, como apresentado anteriormente, vem se perpetuando no poder há mais de vinte anos.

O governo, ao olhar para o passado com suas marcas na história da civilização, sua força na expansão da cultura grega e da conquista de vastos territórios, pretende criar no presente estruturas que possam permitir que no futuro o país seja visto externa e internamente como uma nação próspera. Essa visão remete a Gondar (2005) quando diz que a idéia de memória social está presente na escolha dos itens preservados, com suas implicações éticas e políticas, pois o “conceito de memória, produzido no presente” é uma forma de “pensar o passado em função do futuro que se almeja”. Nas palavras da autora a memória é produzida, construída no presente a partir de escolhas sobre o que preservar que estão carregadas de componentes éticos e políticos, em outros termos, a escolha do local de construção da nova biblioteca, a arquitetura monumental, a formação do acervo com obras vindas como doação de diversos

países, a montagem de uma ciberbiblioteca com as mais modernas tecnologias de mídia, tudo isso indica que são escolhas políticas.

Tais escolhas não são de forma alguma neutras, pelo contrário, visam a um plano político de atuação do governo como estratégia de pensar o passado com o intuito de construir um futuro que se almeja, no caso seria uma maior participação na sociedade global, desenvolvimento através do acesso à informação armazenada na biblioteca, propiciando um aumento do nível educacional, e ainda maior visibilidade no Ocidente e Oriente Médio ao mostrar que é um país preocupado com a cultura, o saber, a educação, a história e a memória dos antepassados, e não apenas uma nação que gera terroristas.

Por todos esses critérios, considera-se que a criação da Biblioteca Alexandrina no governo do presidente Hosni tem propósitos eminentemente políticos, ou seja, a Biblioteca está envolta em relações de força e poder que a fazem participar de um jogo político engendrado pelo presidente Hosni ao ambicionar sua inserção no rol das mais importantes bibliotecas.

Referências

AGAMBEM, Giorgio. Entrevista ao Caderno Mais!, *Folha de São Paulo*. 18 maio 2005.

ALEXANDRIA Project. [S.l., 2001?]. Disponível em: <<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 25 set. 2003.

APPOLONI, Carlos Roberto. Coluna Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.fisica.uel.br/c&t/2002202.html>>. Acesso em: 18 out. 2008.

ARCHITECTURAL Design. [S.l., 2002?]. Disponível em: <<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 8 dez. 2003.

BARELLA, José Eduardo. A nova biblioteca de Alexandria: obra faraônica revive um dos orgulhos do Egito antigo. *Veja*, Rio de Janeiro, ed. 1740, 27 fev. 2002. Xerocópia.

BBC. *Country profile*: Egypt. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/country_profiles/737642.stm>. Acesso em: 06 nov. 2008.

THE BIBLIOTHECA Alexandrina. [S.l., 2002?]. Disponível em: <<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 25 set. 2003.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/glossario/ev_gl_estadositio.htm>. Acesso em: 06 nov. 2008.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar nas Ciências Sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GOVERNO egípcio reconstrói a Biblioteca de Alexandria. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 55, n. 1, jan./mar. 2003. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252003000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 out. 2008.

HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p.

NABIL, Amr. *A luz ressurge das cinzas*. Disponível em:
<http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20021018/vid_mat_181002_171.htm>. Acesso em: 18 out. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, *Projeto História* - Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993.

ORLANDINI, Ricardo. Disponível em:
<<http://www.ricardoorlandini.net/Content/DetalheConteudo2.asp?cntId=5410>>. Acesso em: 18 out. 2008.

SERAGELDIN, Ismail. *A message from the Director*. [S.l., 2002?]. Disponível em:
<<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 25 set. 2003.

SNOHETTA. *Pictures*. [S.l., 2002?]. Disponível em:
<http://www.snoarc.no/default.asp?V_DOC_ID=716>. Acesso em: 29 fev. 2004.

TOPICAL & chronological coverage. [S.l., 2002?]. Disponível em:
<<http://www.bibalex.org/website>>. Acesso em: 25 out. 2003.

UNESCO. *News*. [S.l., 2002?]. Disponível em:
<http://portal.unesco.org/ci/ev.php?URL_ID=13212&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201&reload=1078090447>. Acesso em: 29 fev. 2004.

WOOD, Paul. *BBC Brasil*. Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/cultura/021016_bibliotecafn.shtml>. Acesso em: 18 out. 2008.

XAVIER, Luiz Gustavo Vidal. *Apresentação do Estado de Exceção no documentário brasileiro*: notícias de uma guerra particular. Disponível em:
<http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Xavier_2006.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2008.

¹⁴ “Suspensão temporária de certas garantias constitucionais determinada pela necessidade de defesa da ordem pública. Em sua vigência o Executivo assume poderes normalmente atribuídos ao Legislativo e ao Judiciário, e são estabelecidas restrições aos direitos dos cidadãos”. (FGV, [200?])